

AUDITOR DO ESTADO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas de **Conhecimentos Específicos**, você receberá do fiscal de prova o cartão de resposta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Transcreva a frase abaixo para o espaço reservado na folha de respostas das questões objetivas, utilizando sua caligrafia usual.

Quem canta seus males espanta

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Módulo de Conhecimentos Específicos

1

Uma sociedade empresária mantinha internamente uma conta bancária de livre movimentação especial para pagamentos específicos relacionados à distribuição de dividendos aos acionistas. Em 31/01/X0 o saldo da conta era de R\$30.000.

Assinale a opção que indica a contabilização deste montante no ativo circulante da sociedade empresária.

- (A) Contas a pagar.
- (B) Disponibilidades.
- (C) Despesas a pagar.
- (D) Dividendos a receber.
- (E) Despesas antecipadas.

2

Em 31/12/X0, uma sociedade empresária tinha a receber de seus clientes R\$100.000 em até cinco meses. A inadimplência era estimada em 4%.

Assinale a opção que indica a apresentação do fato nas demonstrações contábeis da sociedade empresária.

- (A) R\$96.000 no ativo circulante e R\$4.000 no passivo circulante, no balanço patrimonial.
- (B) R\$100.000 no ativo circulante e R\$4.000 no passivo circulante, no balanço patrimonial.
- (C) R\$96.000 no ativo circulante, no balanço patrimonial, e evidenciação de R\$4.000, em nota explicativa.
- (D) R\$100.000 no ativo circulante, no balanço patrimonial, e evidenciação de R\$4.000, em nota explicativa.
- (E) R\$96.000 no ativo circulante e R\$4.000 em conta redutora do ativo circulante, no balanço patrimonial.

3

Em 02/01/X0, um estabelecimento comercial adquiriu para revenda 100 unidades de um produto a R\$50,00 cada. Como a compra foi feita à vista, o estabelecimento recebeu um desconto e pagou R\$4.800.

Assinale a opção que indica a contabilização da compra no balanço patrimonial da loja em 02/01/X0, sem considerar a saída de caixa.

- (A) Ativo Circulante: Estoques R\$4.800.
- (B) Ativo Circulante: Estoques R\$4.800 e Despesa financeira a apropriar R\$200.
- (C) Ativo Circulante: Estoques R\$4.800 e Passivo Circulante: Receita a apropriar R\$200.
- (D) Ativo Circulante: Estoques R\$5.000 e conta redutora de estoque R\$200.
- (E) Ativo Circulante: Estoques R\$5.000 e Passivo Circulante: Despesa financeira a pagar R\$200.

4

A Cia A produz navios e tem ciclo operacional de dezoito meses. Já a Cia B produz móveis para encomenda e tem ciclo operacional de dez meses.

O prazo para classificação das exigibilidades das Cias A e B, respectivamente, em Passivo Circulante e Passivo não Circulante, considerando que as empresas optam por adotar o prazo do exercício social de acordo com o ciclo operacional, é de

- (A) doze meses e dez meses.
- (B) doze meses e doze meses.
- (C) quinze meses e onze meses.
- (D) dezoito meses e dez meses.
- (E) dezoito meses e doze meses.

5

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18(R2)- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa.

A existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada pelas seguintes formas, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Intercâmbio frequente de empregados.
- (B) Fornecimento de informação técnica essencial.
- (C) Operações materiais entre o investidor e a investida.
- (D) Representação no conselho de administração ou na diretoria da investida.
- (E) Participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições.

6

Em 31/12/X0, a Cia X apresentava os seguintes elementos em seu balanço patrimonial: Disponibilidades: R\$5.000; Terreno: R\$50.000; Empréstimos a pagar: R\$10.000; Capital Social: R\$45.000.

Em janeiro de X1, a Cia Y comprou 100% de participação na Cia X por R\$95.000.

Na data, o valor justo do terreno era de R\$60.000, o da marca, de R\$20.000 e o dos empréstimos a pagar, de R\$9.000, uma vez que a taxa de juros era menor do que a taxa de juros do mercado.

Assinale a opção que indica o *goodwill* contabilizado pela Cia Y relacionado à aquisição de participação na Cia X.

- (A) R\$19.000.
- (B) R\$21.000.
- (C) R\$24.000.
- (D) R\$29.000.
- (E) R\$31.000.

7

Em 01/01/X1, ao adquirir participação em uma sociedade empresária, uma entidade reconheceu ágio, que foi justificado por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) de R\$20.000. A entidade realiza o teste de recuperabilidade de seus ativos anualmente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A entidade verificou que, em 31/12/X1 e em 31/12/X2, o valor recuperável do ágio era, respectivamente, de R\$18.000 e de R\$22.000.

Em relação ao reconhecimento contábil do efeito do teste de recuperabilidade em 31/12/X2 na Demonstração do Resultado do Exercício da entidade, assinale a afirmativa correta.

- (A) Receita de R\$2.000.
- (B) Receita de R\$4.000.
- (C) Reversão da despesa de R\$2.000.
- (D) Reversão da despesa de R\$4.000.
- (E) Não há reconhecimento.

8

No ano de X0, uma entidade iniciou o processo para captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais, incorrendo em custos de transação.

Por problemas internos, em X1, a entidade verificou que não seria possível concluir a operação, de modo que não houve aumento de capital ou emissão de bônus de subscrição. Nesse momento, os custos de transação foram contabilizados do seguinte modo:

- (A) Passivo no Balanço Patrimonial de X1.
- (B) Despesa na Demonstração do Resultado do Exercício de X1.
- (C) Redutora do patrimônio líquido no Balanço Patrimonial de X1.
- (D) Despesa na Demonstração do Resultado do Exercício de X0, reapresentada.
- (E) Redutora do patrimônio líquido no Balanço Patrimonial de X0, reapresentado.

9

Em 01/01/X0, uma sociedade empresária adquiriu, por R\$50.000, ações de emissão própria para manter em tesouraria. Os custos de transação incorridos na aquisição foram de R\$5.000.

Em 01/12/X0, a sociedade empresária vendeu essas ações por R\$51.000. Os custos de transação incorridos na venda foram de R\$2.000.

Assinale a opção que indica o efeito no patrimônio líquido resultante da venda destas ações em tesouraria.

- (A) Redução de R\$6.000.
- (B) Redução de R\$2.000.
- (C) Redução de R\$1.000.
- (D) Aumento de R\$1.000.
- (E) Aumento de R\$4.000.

10

Uma sociedade empresária deu início a obras para expansão de seu escritório. Estima-se que a obra tenha dois anos de duração, com início em 02/01/X0 e término em 31/12/X1.

Para a obra, foram adquiridos R\$40.000 em material de construção.

Assinale a opção que indica a contabilização do material de construção no balanço patrimonial da sociedade empresária.

- (A) R\$40.000 em ativo circulante.
- (B) R\$40.000 em ativo realizável a longo prazo.
- (C) R\$40.000 em investimentos.
- (D) R\$40.000 em ativo imobilizado.
- (E) R\$20.000 em ativo circulante e R\$20.000 em ativo realizável a longo prazo.

11

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, os fluxos de caixa agregados advindos da obtenção e da perda de controle de controladas devem ser apresentados separadamente e classificados, respectivamente, nas atividades

- (A) operacional e operacional.
- (B) de investimento e de investimento.
- (C) de investimento e de financiamento.
- (D) de financiamento e de investimento.
- (E) de financiamento e de financiamento.

12

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)- Apresentação das Demonstrações Contábeis, no processo de aplicação das políticas contábeis de uma entidade, a administração exerce diversos julgamentos, além dos que envolvem estimativas que podem afetar significativamente os montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis.

A entidade deve divulgar, nas notas explicativas, informação acerca dos pressupostos relativos ao futuro e outras fontes principais de incerteza nas estimativas ao término do período de reporte que possuam risco significativo de provocar ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos ao longo do exercício social seguinte.

A respeito desses ativos e passivos, segundo o pronunciamento, as notas explicativas devem incluir detalhes elucidativos acerca

- (A) da sua natureza e da sua função.
- (B) da sua função e das expectativas iniciais em relação a ele.
- (C) do seu valor contábil no início e ao término do período de reporte.
- (D) da sua natureza e do seu valor contábil ao término do período de reporte.
- (E) do seu valor contábil no início do período de reporte e das expectativas iniciais em relação a ele.

13

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)- Apresentação das Demonstrações Contábeis, a entidade deve divulgar algumas informações que não tenham sido divulgadas em outro local entre as informações publicadas com as demonstrações contábeis.

Avalie se tais informações incluem:

- I. o domicílio e a forma jurídica da entidade, o seu país de registro e o endereço da sede registrada ou o local principal dos negócios.
- II. a descrição da natureza das operações da entidade e das suas principais atividades.
- III. o nome da entidade controladora e a entidade controladora do grupo em última instância.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

14

Os seguintes ativos podem ser considerados ativos qualificáveis, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) Custos de Empréstimos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Plantas portadoras.
- (B) Patentes formadas internamente.
- (C) Plantas industriais para manufatura.
- (D) Estoques manufaturados produzidos em série.
- (E) Propriedade para investimento destinada à valorização.

15

Uma sociedade empresária anuncia, em 30/01/X1, a implementação de reestruturação importante.

A emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/X0 é autorizada em 15/02/X1.

Assinale a opção que indica o tratamento esperado pelo anúncio da implementação da reestruturação em relação às demonstrações contábeis de 31/12/X0:

- (A) Mudança nos critérios contábeis, apenas.
- (B) Divulgação em notas explicativas, apenas.
- (C) Ajuste nas demonstrações contábeis, apenas.
- (D) Mudança nos critérios contábeis e ajuste nas demonstrações contábeis.
- (E) Ajuste nas demonstrações contábeis e divulgação em notas explicativas.

16

As Cias X e Y apresentavam os seguintes balanços patrimoniais em 31/12/X0:

	Cia X	Cia Y
Ativo Circulante		15.000
Disponibilidades	60.000	15.000
Ativo Imobilizado		16.000
Veículos		20.000
Depreciação Acumulada		-4.000
Total do Ativo	60.000	31.000
Patrimônio Líquido	60.000	31.000
Capital Social	60.000	31.000
Total do Patrimônio Líquido	60.000	31.000

Os veículos têm vida útil de 5 anos e o valor residual não é considerado.

Em 01/01/X1, a Cia X comprou 100% de participação da Cia Y por R\$40.000 à vista. Na data, a marca tinha valor justo de R\$6.000.

Em 31/12/X1, as Cias X e Y apresentaram, respectivamente, os seguintes resultados:

- Receita de prestação de serviços (à vista): R\$40.000 e R\$70.000.
- Custos dos serviços prestados (à vista): R\$15.000 e R\$25.000.

Na data, as empresas fizeram um teste de recuperabilidade de seus ativos e constataram que os valores recuperáveis da marca e dos veículos, após reconhecimento da despesa de depreciação do ano, eram, respectivamente, de R\$5.000 e R\$9.000.

Assinale a opção que indica o montante contabilizado como receita de equivalência patrimonial na Demonstração do Resultado do Exercício individual da Cia X em 31/12/X1.

- (A) R\$37.000.
- (B) R\$38.000.
- (C) R\$40.000.
- (D) R\$41.000.
- (E) R\$46.000.

17

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, o Pronunciamento Técnico CPC 46- Mensuração do Valor Justo, estabelece uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo.

Relacione as informações aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo com os respectivos níveis:

1. Nível 1
 2. Nível 2
 3. Nível 3
- () Dados não observáveis para o ativo ou passivo.
- () Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente.
- () Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Assinale a opção que mostra a relação correta, de cima para baixo.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 3 – 1 – 2.
- (E) 3 – 2 – 1.

18

Assinale a opção que indica um fato que trará como consequência a constituição de um passivo fiscal diferido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

- (A) Reconhecimento de provisão para contingências.
- (B) Venda com prejuízo de ativo imobilizado cuja vida útil contábil e fiscal são diferentes.
- (C) Reconhecimento de depreciação de ativo cuja vida útil contábil é maior do que a vida útil fiscal.
- (D) Reconhecimento de prejuízo fiscal por uma entidade que não apresenta perspectivas de lucros futuros.
- (E) Reconhecimento de prejuízo fiscal por uma entidade que apresenta perspectivas de lucros futuros.

19

Uma entidade prestadora de serviços apresentava em 31/12/X0, índice de liquidez imediata de 1,71. No ano, o seu índice de endividamento geral era de 0,83 e o de composição das exigibilidades, de 0,70. Além disso, 80% do passivo era oneroso.

Um analista verificou a situação financeira da entidade, com o objetivo de diminuir as despesas.

Assinale a opção que traz uma possível recomendação, com base nas informações apresentadas.

- (A) A entidade poderia buscar diminuir o prazo de recebimento dos serviços.
- (B) Os sócios poderiam aumentar o capital social da entidade por meio de aumento de caixa.
- (C) A entidade poderia incentivar que os seus clientes pagassem à vista pelos serviços oferecidos.
- (D) A entidade poderia utilizar parte do dinheiro em caixa para diminuir as suas dívidas onerosas.
- (E) A entidade poderia adquirir mais ativos imobilizados para aumentar a sua produtividade.

20

Uma sociedade empresária apresentava em 31/12/X0 o seguinte balanço patrimonial:

Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Disponibilidades	7.000	Contas a pagar	24.000
Clientes	40.000		
Ativo não Circulante		Passivo não Circulante	
Ativo Realizável a Longo Prazo		Empréstimos	18.000
Contas a receber	15.000		
Ativo Imobilizado		Patrimônio Líquido	
Terrenos	30.000	Capital Social	50.000
Ativo Total	92.000	Passivo + PL	92.000

Em relação aos indicadores de liquidez da sociedade empresária, é correto afirmar que

- (A) a liquidez geral é maior do que a liquidez seca.
- (B) a liquidez corrente é maior do que a liquidez seca.
- (C) a liquidez seca é maior do que a liquidez corrente.
- (D) a liquidez corrente é maior do que a liquidez geral.
- (E) os indicadores de liquidez seca, corrente e geral são iguais.

21

Na análise econômico-financeira, os indicadores que necessitam dos dados da Demonstração do Resultado do Exercício para serem calculados são

- (A) rentabilidade e liquidez.
- (B) liquidez e endividamento.
- (C) lucratividade e rentabilidade.
- (D) endividamento e lucratividade.
- (E) rentabilidade e endividamento.

22

O método de custeio que diz respeito ao valor que uma entidade fixa como meta para o período seguinte, levando em consideração as deficiências sabidamente existentes em termos de qualidade de alguns fatores como materiais, mão-de-obra e equipamentos é o

- (A) custeio pleno.
- (B) custo-padrão ideal.
- (C) custo-padrão corrente.
- (D) custeio por absorção.
- (E) custeio baseado em atividades.

23

Em janeiro de X0, uma entidade apresentava ponto de equilíbrio contábil mensal de R\$50.000.

Em fevereiro, a entidade aumentou o salário de seus empregados, de modo que houve um acréscimo de 30% na folha de pagamento.

A variação no ponto de equilíbrio contábil em fevereiro de X0, considerando que a folha de pagamento da entidade equivale a 50% dos custos e despesas fixos e que não houve outras mudanças, foi de

- (A) 15%.
- (B) 30%.
- (C) 50%.
- (D) 60%.
- (E) 80%.

24

A NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, afirma que muitos programas do setor público são de longo prazo e a capacidade para cumprir os compromissos depende

- (A) do interesse público.
- (B) da relação com outros países.
- (C) da relação entre os governantes.
- (D) da permanência do pessoal-chave da administração.
- (E) dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.

25

Dentre as características qualitativas da informação incluída no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público está a representação fidedigna. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Uma informação contábil neutra é uma informação

- (A) que não possui vieses.
- (B) que não apresenta estimativas.
- (C) que não influencia as avaliações e as decisões de seus usuários.
- (D) na qual os ativos e as receitas são contabilizados pelo menor valor.
- (E) na qual os passivos e as despesas são contabilizados pelo maior valor.

26

Avalie se, de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as características-chave de uma entidade do setor público que reporta a informação contábil incluem:

- I. ser uma entidade que capta recursos da sociedade ou em nome desta e/ou utiliza recursos para realizar atividades em benefício dela.
- II. ser uma entidade com personalidade jurídica específica definida em contrato.
- III. existirem usuários de serviços ou provedores de recursos dependentes de informações contidas no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III somente.
- (E) I, II e III.

27

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Análise se, para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes indicadores de controle:

- I. Propriedade legal.
- II. Acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses.
- III. Meios que asseguram que o recurso é utilizado para alcançar os seus objetivos.
- IV. Existência de direito legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

Estão corretos os indicadores

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

28

Assinale a opção que indica uma condição necessária para a origem de um passivo em uma entidade do setor público, de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

- (A) Existir prazo de liquidação.
- (B) Ter como origem transação com contraprestação.
- (C) Estar relacionado a um terceiro, que é identificado.
- (D) Envolver saída de recursos para ser liquidado ou extinto.
- (E) Representar obrigação presente que ocorre por força de lei.

29

Uma entidade do setor público possui um escritório no qual realiza as suas atividades diárias em um prédio de elevada relevância histórica.

O prédio deve ser reconhecido e mensurado na mesma base de outros

- (A) Investimentos.
- (B) Ativos intangíveis.
- (C) Ativos imobilizados.
- (D) Patrimônios culturais.
- (E) Ativos realizáveis a longo prazo.

30

Em 01/01/X0, uma escola do setor público adquiriu aparelhos de ar condicionado para as salas de aula por R\$20.000. Na ocasião, foram incorridos os seguintes gastos:

- Frete para entrega: R\$400
- Material para instalação: R\$600
- Honorários para instalação: R\$3.000

Os custos de remoção dos aparelhos ao final de sua vida útil foram estimados em R\$2.000, a valor presente.

Na data, o valor justo dos aparelhos de ar condicionado era de R\$28.000.

Assinale a opção que indica o valor contabilizado relativo aos aparelhos de ar condicionado em 01/01/X0.

- (A) R\$20.000
- (B) R\$21.000
- (C) R\$24.000
- (D) R\$26.000
- (E) R\$28.000.

31

Em 01/01/X0, um hospital do setor público adquiriu um veículo por R\$50.000 para usar como ambulância. O hospital estimou que usaria a ambulância durante 3 anos e depois a venderia por R\$20.000.

Em 31/12/X0, após contabilizar a despesa de depreciação, o hospital revisou o valor residual da ambulância e verificou que ela poderia ser vendida por R\$40.000 ao final de sua vida útil.

Assinale a opção que indica a despesa de depreciação da ambulância em 31/12/X1.

- (A) Zero.
- (B) R\$5.000.
- (C) R\$10.000.
- (D) R\$20.000.
- (E) R\$25.000.

32

Uma entidade do setor público adquiriu um software, vinculado diretamente a seus computadores, para efetuar a segurança interna. Os computadores são específicos e não funcionam sem o software.

Assinale a opção que indica a contabilização do software e do computador, respectivamente, no ativo da entidade.

- (A) intangível, intangível.
- (B) intangível, imobilizado.
- (C) imobilizado, imobilizado.
- (D) realizável a longo prazo, imobilizado.
- (E) realizável a longo prazo, realizável a longo prazo.

33

Em 30/06/X0, uma universidade pública recebeu, em uma transação sem contraprestação, os direitos autorais de um livro. Na data, o valor justo dos direitos autorais foi estimado em R\$30.000.

Em 31/12/X0, a universidade estimou que os direitos autorais tinham valor realizável líquido de R\$28.000, enquanto o valor em uso era estimado em R\$32.000.

Assinale a opção que indica o valor contabilizado como direitos autorais em 31/12/X0 pela universidade:

- (A) Zero.
- (B) R\$27.000.
- (C) R\$28.000.
- (D) R\$30.000.
- (E) R\$32.000.

34

De acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a provisão para reestruturação deve incluir

- (A) realocação de funcionários.
- (B) novo treinamento para funcionários.
- (C) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.
- (D) perdas operacionais futuras na data da reestruturação, relacionadas a contratos onerosos.
- (E) expectativa de ganhos decorrentes de alienação de ativos prevista como parte da reestruturação.

35

Um posto de saúde distribuiu, por engano, remédios após a data de vencimento.

Diversos pacientes entraram na justiça contra o posto de saúde e os advogados estimam ser provável que o posto perca as causas. No entanto, os advogados não conseguem estimar com confiabilidade o valor que deverá ser desembolsado a título de indenizações.

Assinale a opção que indica o procedimento do posto em relação às causas.

- (A) Nada deve ser feito.
- (B) Divulgação de passivo contingente, apenas.
- (C) Contabilização de despesa antecipada, apenas.
- (D) Constituição de provisão para contingências, apenas.
- (E) Constituição de provisão para contingências e divulgação de passivo contingente.

36

De acordo com a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público, os sistemas de acumulação de custos no setor público ocorrem por ordem de serviço ou produção e de forma contínua.

Assinale a opção que indica um caso em que o sistema por ordem é mais apropriado para o tratamento dos custos em uma entidade de ensino do setor público.

- (A) Obras e benfeitorias.
- (B) Transporte de alunos.
- (C) Salários de funcionários.
- (D) Manutenção do sistema de refrigeração.
- (E) Material de informática de computadores.

37

Relacione os atributos da informação de custos com suas respectivas definições:

1. Valor social
 2. Granularidade
 3. Especificidade
 4. Adaptabilidade
- () ser elaborada de acordo com a finalidade específica pretendida pelos usuários.
 - () proporcionar maior transparência e evidência do uso dos recursos públicos.
 - () ser capaz de produzir informações em diferentes níveis de detalhamento, mediante a geração de diferentes relatórios, sem perder o atributo da comparabilidade.
 - () permitir o detalhamento das informações em razão das diferentes expectativas e necessidades informacionais das diversas unidades organizacionais e seus respectivos usuários.

Assinale a alternativa que mostra a relação correta, de cima para baixo.

- (A) 1, 3, 2, 4.
- (B) 1, 3, 4, 2.
- (C) 3, 1, 2, 4.
- (D) 3, 4, 2, 1.
- (E) 1, 4, 3, 2.

38

Uma entidade do setor público apresentou recebimentos de caixa decorrentes dos seguintes eventos:

- emissão de debêntures: R\$3.000
- royalties, honorários e comissões: R\$8.000
- empréstimos contraídos de curto e de longo prazo: R\$9.000
- prestação de serviços: R\$15.000
- concessões, transferências e outras dotações ou autorizações orçamentárias realizadas pelo governo central e subnacionais: R\$20.000
- impostos, taxas, contribuições e multas: R\$35.000

Assinale a opção que indica o fluxo de caixa gerado pela atividade operacional da entidade.

- (A) R\$50.000.
- (B) R\$58.000.
- (C) R\$70.000.
- (D) R\$78.000.
- (E) R\$90.000.

39

Em uma entidade do setor público, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

No quadro principal, em relação às informações incluídas em Despesas Orçamentárias, apresentadas em colunas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em despesas liquidadas, são demonstrados os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, incluídos os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.
- (B) Em despesas empenhadas são demonstrados os valores das despesas empenhadas nos exercícios, sem considerar as despesas em liquidação.
- (C) Em despesas pagas, são demonstrados os valores das despesas pagas no exercício de referência e dos restos a pagar.
- (D) Em dotação atualizada, é demonstrada a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos e excluídos os créditos adicionais reabertos durante o exercício de referência.
- (E) Em dotação inicial, os valores registrados permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual.

40

De acordo com a NBC TSP 11– Apresentação das Demonstrações Contábeis, as contribuições dos proprietários, em sua qualidade de detentores de capital próprio, que explicitamente aumentam a participação residual na entidade controlada na forma de direitos sobre o patrimônio líquido devem ser reconhecidas, nas demonstrações contábeis da entidade controlada, como

- (A) ajuste direto no patrimônio líquido.
- (B) receita financeira no resultado.
- (C) ajuste direto nos dividendos a pagar.
- (D) receita de investimentos no resultado.
- (E) receita de equivalência patrimonial no resultado.

41

A execução da despesa orçamentária se dá em três estágios: empenho, liquidação e pagamento.

Nesse sentido, o empenho global é o tipo de empenho usado para as despesas

- (A) de valor incerto, que deverão ser pagas conforme a prestação.
- (B) contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento.
- (C) de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deve ocorrer de uma só vez.
- (D) cujo montante não se pode determinar previamente e que deverão ser pagas em uma parcela.
- (E) de valor previamente conhecido, cujo pagamento é iniciado apenas após o término da realização.

42

Em uma entidade do setor público, as receitas provenientes da fruição do patrimônio de ente público, como bens mobiliários e imobiliários são classificadas como

- (A) Correntes - patrimoniais.
- (B) Correntes - de contribuições.
- (C) De capital - alienação de bens.
- (D) De capital - operações de crédito.
- (E) Correntes - outras receitas correntes.

43

De acordo com o Decreto nº 1.323/12, as despesas orçamentárias são classificadas em correntes e de capital.

Assinale a opção que indica a distinção entre as despesas orçamentárias correntes e de capital.

- (A) As correntes são de curto prazo, enquanto as de capital são de longo prazo.
- (B) As correntes são intragovernamentais, enquanto as de capital são intergovernamentais.
- (C) As correntes aumentam o resultado, enquanto as de capital aumentam o patrimônio líquido.
- (D) As correntes não se relacionam à manutenção de serviços existentes, enquanto as de capital se relacionam.
- (E) As correntes não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, enquanto as de capital contribuem.

44

O Plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) tem os seguintes objetivos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Permitir a consolidação nacional das contas públicas.
- (B) Igualar os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
- (C) Padronizar os registros contábeis das entidades do setor público.
- (D) Contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.
- (E) Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público.

45

Com relação ao momento da ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Quando o fato gerador do passivo ocorrer antes ou no momento do empenho da despesa orçamentária, a transferência de saldo da conta Crédito Empenhado a Liquidar para a conta Crédito Empenhado em Liquidação acontecerá de forma isolada.
- () Quando o fato gerador do passivo ocorrer simultaneamente à liquidação da despesa orçamentária não é obrigatório o uso da conta Crédito Empenhado em Liquidação.
- () Quando o fato gerador do passivo ocorrer após o empenho e antes da liquidação da despesa orçamentária, a transferência de saldo da conta Crédito Disponível para a conta Crédito Empenhado a Liquidar e da conta Crédito Empenhado a Liquidar para a conta Crédito Empenhado em Liquidação deverão ocorrer simultaneamente no momento do empenho.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V-V-V.
- (B) V-F-V.
- (C) V-V-F.
- (D) F-F-V.
- (E) F-V-F.

46

A tabela a seguir informa os preços P e as quantidades Q de dois itens de alimentação consumidos por uma mesma unidade familiar em duas épocas distintas T_1 e T_2 .

	T_1		T_2	
	P (R\$)	Q (kg)	P (R\$)	Q (kg)
Arroz	10	6	14	4
Feijão	9	4	12	3

Com base nessas informações e tomando-se T_1 como base, o índice de preços de Laspeyres é

- (A) 69,7.
- (B) 69,8.
- (C) 137,3.
- (D) 137,5.
- (E) 137,8.

47

Um bem custa, a vista, R\$ 1.230,00, mas pode ser adquirido por meio de parcelamento em duas prestações mensais, iguais e consecutivas. Há apenas duas opções para o parcelamento:

- I. a primeira prestação é paga no ato da compra;
- II. a primeira prestação é paga um mês após a compra.

Em ambos os casos, o vendedor cobra juros de 5% a.m.

Sejam P_I e P_{II} , respectivamente, os valores das prestações na 1ª e 2ª opções de parcelamento.

O valor $P_{II} - P_I$ é

- (A) R\$ 31,50.
- (B) R\$ 32,00.
- (C) R\$ 32,20.
- (D) R\$ 32,50.
- (E) R\$ 33,00.

48

Seis máquinas impressoras idênticas são colocadas para trabalhar simultaneamente. Nessas condições, é esperado que elas encerrem uma dada tarefa, trabalhando juntas, em 10 horas. As máquinas operam ininterruptamente durante 4 horas, até que uma delas apresenta defeito e para de trabalhar. As cinco impressoras remanescentes continuam o trabalho, sem parar, mantendo o mesmo ritmo, durante 3 horas, quando outra máquina apresenta defeito. A partir desse instante, as quatro impressoras restantes mantêm o trabalho com a mesma velocidade.

Após a quebra da 2ª impressora, o tempo necessário para que as quatro impressoras disponíveis possam encerrar a tarefa original é de

- (A) 4 horas e 45 minutos.
- (B) 5 horas.
- (C) 5 horas e 15 minutos.
- (D) 5 horas e 25 minutos.
- (E) 5 horas e 45 minutos.

49

Uma dívida de R\$ 300.000,00 deverá ser quitada em 5 pagamentos anuais, consecutivos e postecipados. As amortizações dar-se-ão por meio do Sistema de Amortizações Constantes (SAC) a uma taxa de juros de 20% ao ano com capitalizações semestrais.

O valor do último pagamento será

- (A) R\$ 74.400,00.
- (B) R\$ 72.600,00.
- (C) R\$ 72.000,00.
- (D) R\$ 12.600,00.
- (E) R\$ 12.000,00.

50

Dois títulos foram resgatados antecipadamente junto a uma instituição financeira, o primeiro deles, de valor nominal R\$ 4.000,00, com 45 dias de antecedência, e o outro, com 60 dias de antecipação.

Considere o mês de 30 dias. A instituição usou desconto comercial (por fora) com taxa de desconto simples de 2% ao mês. Nessas condições, os descontos nos dois títulos foram iguais.

É correto afirmar que o valor nominal do título descontado com 2 meses de antecedência era

- (A) maior do que R\$ 3.800,00.
- (B) maior do que R\$ 3.600,00 e menor do que R\$ 3.800,00.
- (C) maior do que R\$ 3.400,00 e menor do que R\$ 3.600,00.
- (D) maior do que R\$ 3.200,00 e menor do que R\$ 3.400,00.
- (E) menor do que R\$ 3.200,00.

51

Um empréstimo de R\$ 60.000,00 será amortizado em 4 anos, à taxa de juros compostos de 10% ao ano. Ao longo do financiamento, o devedor pagará prestações postecipadas, anuais e consecutivas no valor de R\$ 8.000,00, exceto no fim do período, quando a dívida será quitada integralmente.

O valor desse pagamento final será

- (A) R\$ 61.380,00.
- (B) R\$ 58.718,00.
- (C) R\$ 55.800,00.
- (D) R\$ 53.380,00.
- (E) R\$ 52.512,00.

52

Considere o seguinte fluxo de caixa de um projeto de investimento.

Anos	0	1	2
R\$	(400.000)	214.000	228.980

Utilize a tabela abaixo para responder ao que se pede em seguida.

N	320	321	322	323	324	325
N²	102.400	103.041	103.684	104.329	104.976	105.625

Com base nessas informações, é correto afirmar que a Taxa Interna de Retorno é

- (A) 6,75% a.a.
- (B) 7,00% a.a.
- (C) 7,25% a.a.
- (D) 7,50% a.a.
- (E) 8,00% a.a.

53

A fim de compor recursos para uma compra futura, César fará uma série de 12 depósitos mensais antecipados.

O primeiro depósito será de R\$ 3.700,00 e cada um dos demais será 20% maior do que aquele imediatamente anterior.

O montante será resgatado um mês depois do último depósito, momento em que serão pagas as tarifas bancárias no valor de 10% do montante.

Se, durante todo o período, desde o primeiro depósito até o resgate, os valores forem capitalizados mensalmente à taxa de juros compostos de 1,5% ao mês, o valor líquido resgatado será de

[Utilize as seguintes aproximações: $1,015^{12} = 1,20$; $1,20^{12} = 9,00$]

- (A) R\$ 140.040,00.
- (B) R\$ 140.400,00.
- (C) R\$ 141.404,00.
- (D) R\$ 142.308,00.
- (E) R\$ 142.506,00.

54

O Estado Alfa pretende adquirir determinado imóvel cujas características de instalações e de localização tornam necessária sua escolha, a fim de servir de sede para sua Controladoria Geral, diante da ampliação das atividades do órgão, no contexto de fortalecimento do sistema de controle interno do ente federativo.

Foi instaurado um processo administrativo que tem por objeto estudar a aquisição pretendida, no bojo do qual foi realizada avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, pois imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos.

Neste contexto, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021, a aquisição pretendida

- (A) deve ser objeto de prévia e imprescindível licitação, cuja modalidade será decidida discricionariamente pelo Administrador Público entre concorrência e pregão.
- (B) deve ser objeto de prévia e imprescindível licitação, cuja modalidade será necessariamente o leilão, diante da natureza da contratação e de expressa previsão legal.
- (C) pode ser objeto de dispensa de licitação, mediante a devida comprovação de que o valor estimado para a contratação está de acordo com o preço de mercado e as justificativas que demonstrem a imprescindibilidade da aquisição e a inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto.
- (D) pode ser objeto de inexigibilidade de licitação, mediante a devida certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto e as justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado que evidenciem vantagem para o Estado Alfa.
- (E) pode ser objeto de dispensa de licitação, mediante a devida comprovação de que o valor estimado para a contratação está de acordo com o preço de mercado e as justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado que evidenciem vantagem para o Estado Alfa.

55

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a princípio, poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente,

- (A) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- (B) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- (C) pessoa física que, dez anos antes da divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo.
- (D) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- (E) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

56

Em matéria de procedimentos auxiliares das licitações e das contratações, há aquele que poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

- I. paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
- II. com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
- III. em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Trata-se de processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens, na forma prevista em lei.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o procedimento auxiliar acima descrito é denominado

- (A) pré-qualificação.
- (B) credenciamento.
- (C) registro cadastral.
- (D) sistema de registro de preços.
- (E) procedimento de manifestação de interesse.

57

Em tema do que a doutrina de Direito Administrativo chama de cláusulas exorbitantes, a nova Lei de Licitações e Contratos dispõe que o regime jurídico dos contratos administrativos previstos na citada lei confere à Administração Pública, em relação a eles, algumas prerrogativas, como a de ocupar provisoriamente bens

- (A) móveis e imóveis, vedado utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, ainda que nas hipóteses de risco à prestação de serviços essenciais.
- (B) móveis, vedada a ocupação de bens imóveis, e a de utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de risco à prestação de serviços essenciais.
- (C) de qualquer natureza e a de utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato na hipótese de necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, apenas até a extinção do contrato.
- (D) de qualquer natureza e a de utilizar pessoal e serviços, ainda que não vinculados ao objeto do contrato, quando houver necessidade de garantir execução de multa em razão de faltas contratuais pelo contratado, até extinção do contrato.
- (E) móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato na hipótese de necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

58

De acordo com a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em tema de formalização dos contratos, é correto afirmar que

- (A) é permitido contrato por prazo indeterminado diante do peculiar regime jurídico das estatais.
- (B) a duração dos contratos regidos por tal lei, em regra, não excederá a 15 (quinze) anos, contados a partir de sua celebração.
- (C) os contratos regidos por tal lei somente poderão ser alterados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.
- (D) é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes, vedada a exigência de ressarcimento dos custos.
- (E) a redução a termo do contrato não poderá ser dispensada no caso de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento das quais não resultem obrigações futuras por parte da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

59

A Lei nº 8.987/1995 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Consoante dispõe o citado diploma legal, o contrato de concessão

- (A) não poderá conter cláusula quanto à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária.
- (B) não poderá admitir a subconcessão, ainda que expressamente autorizada pelo poder concedente e precedida de concorrência.
- (C) não poderá prever que a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.
- (D) poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da lei.
- (E) deverá prever que incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, mas a fiscalização exercida pelo órgão competente deve excluir ou atenuar essa responsabilidade.

60

As cláusulas dos contratos de parceria público-privada, consoante dispõe a Lei nº 11.079/2004, devem prever

- (A) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.
- (B) a responsabilidade civil direta do parceiro privado acerca de eventuais danos a terceiros, vedada a previsão de repartição de riscos entre as partes, no que se refere a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.
- (C) a realização de vistoria dos bens reversíveis, não podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.
- (D) a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato, pelo princípio da segurança jurídica, vedada a previsão de mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços.
- (E) a modicidade das tarifas, vedada a previsão de compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.

Realização

